

**AL TEM PREFEITURAS COM OS COFRES CHEIOS DE DINHEIRO E MISÉRIA EM ALTA**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A inflação no País gerou um paradoxo contraditório e difícil de entender na vida social e econômica das 5,5 mil prefeituras brasileiras. A maioria mais que dobrou a arrecadação tributária, com transferências federais como Fundo de Participação dos Municípios, com programas de socorro social. No outro lado da linha, piorou a condição de sobrevivência na faixa da extrema de vulnerabilidade social. A miséria é visível até em estados ricos. Em Alagoas, que lidera alguns dos indicadores sociais negativos do País entre os 3.342.932 habitantes, o número de cidadãos em extrema miséria aumentou de 500 mil para 1,6 milhão de habitantes. Entre eles, estão os trabalhadores e os números são assustadores: 190 mil alagoanos desempregados, 240 mil no “desalento” [são os que não mais buscam emprego formal] e 130 mil trabalhando em tempo parcial. São 560 mil alagoanos vivendo precariamente, atestam os pesquisadores sociais e economistas. Às portas da maioria das 102 prefeituras e órgãos públicos, aparece, diariamente, uma legião de famintos, doentes e famílias sem condições de manter em dia as contas de água, luz, comprar um botijão de gás e remédios. A situação não é pior porque o número de inscritos no Cadastro Único das políticas sociais alcançou 1,8 milhão de alagoanos. São 770 mil famílias, mais da metade da população do Estado, revela o doutor em economia da Universidade Federal de Alagoas, professor Cícero Pérciles. Nesse cenário há 480 mil famílias que recebem R\$ 400 de auxílio Brasil. Os beneficiados dizem que o auxílio já foi corroído pela inflação em alta e só é suficiente para o gás, pagar contas de luz e água. Sobra pouco para comprar comida, lamenta Márcia dos Santos, comerciária desempregada e que recebe ajuda federal. O próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) reconheceu a gravidade da situação e, em discurso em Maceió no dia 28 prometeu aumentar o valor do auxílio para R\$ 600/mês. O Senado aprovou a proposta que ainda falta ser votada na Câmara Federal. Estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que, entre 2019 e 2021, período que inclui a fase mais aguda da pandemia do novo coronavírus, quase 10 milhões de pessoas entraram na linha da pobreza no Brasil. Com isso, 62,9 milhões de brasileiros tem renda familiar per capita até R\$ 497. De acordo com a FGV, em Alagoas mais da metade da população se encontra nessa situação de pobreza. Isso representa cerca de 1,69 milhão de pessoas. O Estado registrou um crescimento de 1,88 ponto percentual no número de pobres nesse período. TRANSPARÊNCIA Diante do crescimento da miséria em todos os municípios alagoanos, os parlamentares de oposição ao governo estadual e vereadores cobram transparência dos recursos arrecadados pelo Programa de Combate e Erradicação à Pobreza (Fecoeop). Eles querem que todo o dinheiro do Fundo seja disponibilizado para o socorro social emergencial. Deputados estaduais estimam que o Fecoeop tem em caixa mais de R\$ 1 bilhão e lembram que o fundo arrecada 2% diariamente da cada movimentação comercial das atividades públicas e privadas. “É preciso abrir o caixa do Fecoeop. A Secretaria de Estado da Fazenda tem que deixar os números transparentes e o governo estadual usar a arrecadação no socorro emergencial dos que passam fome e desempregados”, afirmou, recentemente, o criador do Fecoeop, o ex-governador e hoje vice-prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa (PDT). “O Fundo foi criado para socorrer os alagoanos em situação de vulnerabilidade social. Com a volta da inflação, é preciso socorrer quem está com fome”, defendeu Lessa. O governador-tampão, Paulo Dantas (MDB), não faz crítica nem reclama da herança deixada pela gestão passada. Indiretamente, porém, reconhece que a situação social vivida por um terço do povo alagoano é difícil.



